

tiva não frutificou, mas o aproveitamento dos cangaceiros como meio de “afirmação da identidade nacional, no momento em que se intensificava no País, o processo de industrialização do Sul” tinha aparente correspondência com “uma espécie de sobressalto compensatório do patriotismo nativo diante da subordinação paulatina da economia do País aos meios técnicos e aos capitais vindos do estrangeiro”. E, quanto mais avançava o capital, mais esse sobressalto se compensava “ao nível do imaginário”. Nas artes dos anos cinquenta está disseminada a “utilização do tema do cangaço — na pintura, na gravura, na literatura, no cinema, no teatro”. É curioso observar que, enquanto na literatura de cordel, a figura do cangaceiro é vista com mais objetividade, sem omissão de seus defeitos, de suas grandes maldades, nestas outras formas do imaginário a perspectiva ora mescla, ora separa “os temas dominantes do herói humano e justiceiro e do nacionalismo”. Para a Autora essa “mitologia dos bandidos-heróis” estava subjacente a “uma tomada de consciência dos problemas mais cruciais da atualidade brasileira” por parte das “elites intelectuais e artísticas”.

Vale a pena transcrever essas penetrantes palavras de Maria Isaura, quando afirma que “a transformação da figura do cangaceiro em símbolo nacional — interpretação hoje largamente difundida no País — expressa “a dialética persistente entre nacionais e estrangeiros, entre pobreza e riqueza, entre o Norte e o Sul do País”. Seria então o cangaceiro elemento de uma apreciação subjetiva dos problemas e não “uma tomada de consciência” deles.

Teófilo de Queiroz Jr.

*

LÉLIA GONZALEZ E CARLOS HASENBALG: *Lugar de Negro*. Editora Marco Zero Ltda., Rio de Janeiro, 1982. Coleção 2 Pontos, 115 p.

Terceiro volume da Coleção 2 Pontos, que pretende colocar em discussão temas atuais e polêmicos da nossa realidade, *Lugar de Negro* divide sua autoria entre Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg.

À primeira, conhecida militante do movimento negro, professora de Antropologia e de Cultura Popular Brasileira, licenciada em Filosofia e História e mestre em Comunicação, cabe a análise, ou antes, um depoimento sobre “O movimento negro na última década”.

Começando por dar um panorama geral das conseqüências do golpe militar de 1964 e do estabelecimento de um novo modelo econômico que afeta diretamente a população negra, quais sejam, condições de existência material péssimas e defrontação constante com a repressão policial, a autora segue explicando que o enfoque a ser adotado designa alguns traços que considera importantes para a compreensão do Movimento Negro, colocado no singular porque aponta para algo específico em-

bora existam divergências na sua articulação, e explicita a perspectiva do Movimento Negro Unificado.

Procura mostrar como as elites intelectuais negras foram desarticuladas com o golpe de 64. Até então algumas entidades culturais ou/e recreativas se destacaram, como a Frente Negra Brasileira (1931-1938) e o Teatro Experimental do Negro (1945-1948).

É apenas no início dos anos setenta que ocorre a retomada político-ideológica da comunidade negra com a criação de diversos movimentos que serviram de base para a criação de um movimento negro de caráter nacional, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU).

Seguindo o mesmo esquema de dar informações sobre as origens e perspectivas adotadas pelos movimentos negros surgidos, a autora acredita que o MNU é o mais importante salto qualitativo nas lutas da comunidade negra, tendo sido lançado oficialmente em 1978 em resposta a atos discriminatórios ocorridos em São Paulo.

Lélia Gonzales inicia seu depoimento de maneira bastante didática e eloqüente, escrevendo como se estivesse num bate-papo com amigos. Porém, seu discurso acaba pendendo para o passional, com certa dose de unilateralidade. Isto é perfeitamente explicável quando existe um grande comprometimento com alguma causa, mas torna a compreensão difícil e confusa, devido à emoção que gera desorganização, para quem não tem muita informação sobre o assunto. Neste momento parece que a autora dirige a palavra apenas para a militância negra.

Fica implícito que acredita que esta militância seja "porta-voz" da grande massa negra, quando as aspirações das "elites intelectuais negras" são qualitativa e quantitativamente diferentes desta. Talvez possa-se dizer que o nível de conscientização da maioria negra carente tenha sutilmente crescido, mas de forma alguma acompanhou o nível político-ideológico dos movimentos negros.

De qualquer maneira, é válida a tentativa otimista de Lélia Gonzalez, esquecendo de mencionar as brigas internas, de dar ânimo aos militantes dos movimentos negros de reivindicação política para continuarem lutando. Quem sabe se com perseverança e algumas mudanças no tom de sua "catequização", o reclamado apoio das bases seja conseguido.

Carlos Hasenbalg, professor do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, autor do livro *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* e de diversos artigos sobre as relações raciais, dá aqui sua colaboração com dois textos: "Raça, classe e mobilidade" e "O negro na Publicidade". São textos de caráter introdutório, onde algumas questões são levantadas e devem merecer, posteriormente, um cuidado e atenção maiores pelo seu interesse intrínseco.

Inicia o primeiro texto fazendo uma breve análise do estudo das relações raciais nos Estados Unidos, indicando que a maioria das interpretações sociológicas que

focalizam ações discriminatórias e preconceito racial seguem a premissa assimilacionista. Embora existam variantes, esta perspectiva acredita na substituição da raça e etnicidade pela classe social, como critério de estratificação social e fonte de conflito, ou seja, as minorias acabariam por ser assimiladas na sociedade mais ampla. Analisa a seguir, em linhas gerais, a interpretação marxista que é caracterizada pela importância atribuída ao racismo como mecanismo de manutenção da dominação de classe e indica algumas reações críticas a esta interpretação.

Voltando sua atenção para o Brasil, o autor identifica três linhas de pesquisa que dizem respeito às relações entre raça, classe e desigualdades sociais. Porém, a despeito das diferenças no tratamento do problema a perspectiva assimilacionista está presente nas três abordagens das relações raciais. Num primeiro caso o papel da raça é negado enquanto “gerador” de desigualdades sociais, noutro o preconceito racial é reduzido a um fenômeno de classe e por último a discriminação racial constitui um resíduo cultural do passado escravista.

O autor explicita, então, sua interpretação alternativa sobre a reprodução das desigualdades raciais no Brasil e as relações entre raça, a estrutura de classes e a mobilidade social, desenvolvida em escritos anteriores.

Para ele, não existe uma incompatibilidade entre racismo e industrialização, posto que a raça continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social. O preconceito e discriminação raciais não se mantêm intactos, mas adquirem novas funções e significados dentro da nova estrutura social, e longe de serem simples sobrevivências “estão relacionados aos benefícios materiais e simbólicos que os brancos obtêm da desqualificação competitiva do grupo negro”.

Aponta dois fatores principais determinantes da apropriação desigual das oportunidades econômicas e educacionais: a segregação geográfica da população branca e não-branca, vivendo esta última em regiões menos desenvolvidas, e as práticas racistas do grupo racial dominante, que regulam as aspirações do negro, impondo e definindo os “lugares apropriados” para as pessoas de cor.

Faz uma breve análise do processo de mobilidade dos dois grupos raciais para determinar a existência ou não de oportunidades desiguais, mostrando que os brasileiros não-brancos têm menores possibilidades de mobilidade social que os brancos e estão expostos a probabilidades mais elevadas de perder as posições conquistadas na geração anterior.

Uma pequena conclusão, que retoma as questões principais levantadas no trabalho, avança que dada a situação apresentada, “parece muito pouco provável que o ideal de igualdade racial seja atingido através de um mecanismo calcado no mercado, isto é, o processo de mobilidade social individual”.

No segundo texto, Carlos Hasenbalg relata os resultados da observação de alguns anúncios publicitários de revistas selecionadas e transmitidos pela televisão do Rio de Janeiro, que apresentavam figuras humanas no seu conteúdo.

Constatando a invisibilidade do negro na publicidade, passa a determinar como e em que circunstâncias ele faz suas raras aparições.

Como conclusões preliminares indica que a publicidade não é alheia à dinâmica simbólica que rege as relações raciais no Brasil, mas nela o negro aparece subrepresentado e diminuído como consumidor, isto porque, quando aparece, tende a ser dissociado de produtos específicos, o que sugere uma estratégia publicitária de evitar a "contaminação" da imagem desses produtos, ou, sua aparição tende a se diluir pela presença de representantes do grupo racialmente dominante. Reprodutora dos estereótipos culturais sobre o negro, geralmente desabonadores, a publicidade contribui para limitar no plano ideológico o "Lugar de Negro".

É de se esperar, pela proposta desta Coleção de traçar um panorama sucinto das relações raciais no Brasil, que outros volumes sejam dedicados ao assunto. Há outros estudos atuais talvez tão interessantes como os apresentados, que podem efetivamente contribuir, e muito, para a discussão do problema.

Ana Lúcia Eduardo Farah Valente

*

JOSÉ SÁVIO LEOPOLDI: *Escola de Samba, Ritual e Sociedade*, Petrópolis, Vozes, 1978. 146 p.

Originariamente apresentada como tese de dissertação de mestrado, este trabalho de José Sávio Leopoldi pretende dar uma contribuição ao estudo da Escola de Samba, até então negligenciado por aqueles que se propõem analisar cientificamente os fenômenos sociais, ao manipular um instrumental adequado de análise que favorece a compreensão da natureza desse fenômeno e das relações que estabelece com a sociedade mais ampla, descartando as visões simplificadoras e estereotipadas que se têm dela.

Do ponto de vista teórico, interpreta o desfile das Escolas de Samba como um ritual discursivo sobre a estrutura social, manifesto num momento específico da vida social brasileira — o carnaval — e reinterpreta, sustentado por uma bibliografia bem escolhida, a noção de *communitas*, proposta por Turner, como um contexto social não estruturado proveniente da posição liminar dos agentes submetidos aos "ritos de passagem". Para o autor, a *communitas* carnavalesca, tomada como um contexto de relacionamento social que se determina a partir da experiência social coletiva, aponta, antes de tudo, para o caráter estruturado das relações engendradas durante o desfile das Escolas de Samba, por excelência o acontecimento mais significativo do carnaval carioca.

Adiante, aproximando-se da noção de *campo intelectual* definido por Bordieu, considera o *mundo do samba* como *inconsciente-cultural* dos agentes que o constituem,